



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso

**UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE DE TERRITÓRIO NA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

LETÍCIA AMANDA DOS SANTOS REIS

**Mariana
2022**

Letícia Amanda dos Santos Reis

**UMA APROXIMAÇÃO AO DEBATE DE TERRITÓRIO NA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Rafael Santiago Mendes.

Mariana
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R375a Reis, Leticia Amanda Dos Santos.
Uma Aproximação ao Debate de Território na Política Nacional de
Assistência Social. [manuscrito] / Leticia Amanda Dos Santos Reis. -
2022.
58 f.

Orientador: Prof. Me. Rafael Mendes.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. Divisões territoriais e administrativas. 3.
Política social. I. Mendes, Rafael. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 364.3

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Letícia Amanda Dos Santos Reis

Uma aproximação ao debate de território na Política Nacional de Assistência Social

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 09 de dezembro de 2022

Membros da banca

Mestre Rafael Santiago Mendes - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor Claudio Henrique Miranda Horst - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutora Cristiane Silva Tomaz - Universidade Federal de Ouro Preto

Rafael Santiago Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/12/2022



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Santiago Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/12/2022, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0451556** e o código CRC **CEA7A9BC**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar saúde e determinação para enfrentar os desafios da graduação.

Aos meus amigos e familiares em especial meus pais Elizene e Edmar e, meus primos Mateus e Laís que permaneceram ao meu lado, dando apoio e força para seguir na caminhada mesmo quando a única solução parecia ser desistir.

Agradeço aos colegas de sala por tantas trocas e aprendizados, em especial Fernanda e Amanda que foram essenciais nessa trajetória, se tornando irmãs que mesmo após o término do curso se fizeram presentes em minha vida e tanto me ajudaram.

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e aos professores do curso de Serviço Social que, apesar de tantos desafios, lutam incessantemente pelo ensino público de qualidade. Um agradecimento especial ao meu professor orientador Rafael que foi humano e amigo e não me deixou desistir.

Agradeço à política de assistência estudantil da UFOP que foi crucial para que eu pudesse me manter na universidade e concluir os estudos. À equipe do NACE onde pude fazer parte por quase 3 anos, vocês contribuíram muito para minha formação profissional e pessoal também.

Agradeço à equipe do CRAS Distritos pela oportunidade de estágio, à Letícia que foi minha supervisora, profissional admirável, e aos usuários pois, foi através deles, a partir de relatos de suas vivências que surgiu meu interesse em estudar o território e a política de assistência social.

Por fim, finalizo mais este ciclo com o coração cheio de gratidão por tudo que pude vivenciar, tudo que pude aprender, todos os momentos difíceis que passei, os momentos de luta e glória pois certamente esses me fizeram mais forte e me deixaram mais preparada para enfrentar novos desafios da vida.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo realizar uma aproximação crítica ao debate sobre o conceito de território na Política Nacional de Assistência Social e suas implicações, dando destaque ao instrumental Diagnóstico Socioterritorial, importante componente desta política. A pesquisa foi de caráter bibliográfico afim de traçar uma reflexão a partir de autores que estudam o tema e do texto da própria política. Para tanto, inicialmente aborda a conceituação de território e a relaciona na discussão sobre a formação do Estado nacional para fundamentar a análise sobre as políticas sociais. Posteriormente apresenta a perspectiva de território na política de Assistência Social brasileira, para então tratar de um de seus instrumentais, o Diagnóstico Socioterritorial.

Palavras chave: Território, Política de Assistência Social, Diagnóstico Socioterritorial.

ABSTRACT

This Course Completion Work aims to carry out a critical approach to the debate on the concept of territory in the National Social Assistance Policy and its implications, highlighting the Socioterritorial Diagnosis instrument, an important component of this policy. The research was bibliographic in nature in order to draw a reflection from authors who study the theme and the text of the policy itself. To do so, it initially addresses the concept of territory and relates it to the discussion on the formation of the national State to support the analysis of social policies. Subsequently, it presents the perspective of territory in the Brazilian Social Assistance policy, and then deals with one of its instruments, the Socioterritorial Diagnosis.

Keywords: Territory, Social Assistance Policy, Socioterritorial Diagnosis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRAS- Centro de Referência em Assistência Social

DATA SUS- Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

MDS- Ministério de Desenvolvimento Social

NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do Sistema. Único de Assistência Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

UFOP -Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.TERRITÓRIO E ESTADO.....	14
1.1 Conceito de território.....	14
1.2 Formação territorial do Estado-Nação	22
2. ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERRITÓRIO.....	30
2.1 Serviço e Questão Social.....	30
2.2 Território na Política de Assistência Social.....	37
2.3 Diagnóstico Socioterritorial.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

Durante todo o processo de formação e também durante toda a minha vida até o momento, sempre me senti instigada em conhecer realidades diferentes da qual eu tinha contato. Creio que isso tem ligação com o fato de ter crescido em um município relativamente pequeno, onde todas as pessoas se conhecem e que tem uma economia base vinculada à agricultura e à pecuária.

Ter escolhido o curso de Serviço Social em Mariana-MG, cidade distante da minha, mas que também é um município relativamente pequeno, me fez perceber uma realidade bem diferente da qual eu vivia, já que Mariana é uma das cidades que compõem o quadrilátero ferrífero¹, sendo sua fonte de renda intimamente vinculada à mineração e também ao turismo, isso faz com que a cidade tenha rotineiramente um grande número de turistas, trabalhadores de outras regiões que trabalham nas empresas locais, bem como os estudantes que vêm de outros lugares para estudar na Universidade Federal de Ouro Preto.

Essa realidade sempre me chamou atenção, despertando inúmeros pensamentos e, concomitante ao meu processo de formação durante o curso de Serviço Social na UFOP, tive aproximação com o conceito de território em algumas disciplinas sendo-as Questão Agrária e Urbana e a disciplina de Política de Assistência Social onde foi possível perceber a importância do uso do conceito, levando em conta que ainda que seja primeiramente discutido no campo da Geografia, este tem sido utilizado por diversas áreas do conhecimento, inclusive o Serviço Social.

O aguçamento sobre o interesse em estudar o território aumenta após a minha inserção no estágio, onde tive a oportunidade de estagiar no Centro de Referência de Assistência Social - (CRAS) sendo a área de abrangência os distritos de Mariana-MG e, somando aos aprendizados em outras disciplinas do

¹ Com cerca de 7000 km² em área, o Quadrilátero Ferrífero é o limite ocidental da Mata Atlântica no centro de Minas Gerais. O estado de Minas Gerais tem na mineração uma de suas principais atividades industriais. E o Quadrilátero Ferrífero é a região que mais se destaca em função das jazidas de ferro. Disponível em <https://qfe2050.ufop.br/o-que-eh#:~:text=Quadril%C3%A1tero%20Ferr%C3%ADfero%20%C3%A9%20a%20mais,ocupa%C3%A7%C3%A3o%20portuguesa%20no%20s%C3%A9culo%20XVI> II. Acesso em 23/11/2022.

curso e observando de perto essa realidade local, pude perceber assim como Santos (1978) analisa de que o espaço deve ser compreendido enquanto uma totalidade, entendendo que as transformações históricas da sociedade a partir do seu modo de produção e reprodução formam a totalidade social. Assim sendo:

O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. (SILVA E SAQUET, 2008, p.8)

Conforme essa definição de espaço social é possível identificar que o espaço para o autor é delimitado por meio de interações de diferentes variáveis. Quando Santos (1978), se refere a território, ele chama atenção dizendo que “a utilização do território pelo povo cria o espaço” considerando o território enquanto um espaço de construção e desconstrução de relações de poder em decorrência de indivíduos que territorializam suas ações ao longo do tempo. Dessa forma;

O território é compreendido como espaço de uma nação, delimitado e regulado. Apresenta elementos fixos, resultantes da ação homem e seu trabalho bem como relações sociais e diferentes formas de ocupação e produção; corresponde ao recorte do espaço pelo processo de formação de um Estado-nação. (SILVA E SAQUET, 2008, p. 10)

Diante do exposto até então e tomada as indagações adquiridas durante o meu período de estágio entendendo assim como Abreu (2016, p. 27) sinaliza que, “a produção do espaço se constitui em uma das categorias centrais para pensar intervenções sociais e as diretrizes para a ação no âmbito das políticas sociais territorializadas”, surge o interesse em analisar o debate de território na Política de Assistência Social entendendo que as políticas sociais são ferramentas de mediação das expressões da questão social sendo-as essas, materializadas também socioterritorialmente. Além disso, pauta-se nesse trabalho a discussão sobre o diagnóstico socioassistencial sendo esse uma estratégia importante que pode ser utilizada nessa política.

Para atender aos objetivos gerais que esse trabalho se propôs, utilizou-se a abordagem teórica do materialismo histórico dialético, conforme Minayo (2009) conceitua;

considera a historicidade dos processos sociais, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais. Esse método utiliza a dialética que analisa os contextos históricos, as relações sociais de produção e de dominação das representações sociais. (MINAYO, 2009, p. 29).

Tendo como pressuposto a análise do conceito de território na Política de Assistência Social, a abordagem do trabalho se deu a partir de um processo de revisão de literatura de teóricas do Serviço Social e da Geografia crítica². Assim como;

(...) revisões da literatura são caracterizadas pela análise e pela síntese da informação disponibilizada por todos os estudos relevantes publicados sobre um determinado tema. De forma a resumir o corpo de conhecimento existente e levar a concluir sobre o assunto de interesse. (MANCINI; SAMPAIO, 2006, p.1).

Esse trabalho se organizou através de dois capítulos e para início de apropriação do tema, o primeiro capítulo apresenta a discussão de como o território é uma ferramenta conceitual e metodológica na materialização das políticas sociais. Para isso, esse capítulo foi dividido em dois subitens sendo o primeiro referente a contextualização do conceito de território e o item posterior se dedicou em trazer a discussão da formação dos estados nacionais e seus desdobramentos, levando em conta que a questão territorial tem relação com as expressões da questão social, sendo assim importante para a atuação dos assistentes sociais.

² A corrente crítica da geografia brasileira vem desempenhando importante papel nos debates sobre o atual estágio do capitalismo e o acirramento das desigualdades sociais e territoriais. Uma série de eventos científicos realizados, particularmente na Universidade de São Paulo, reativam a discussão disciplinar para compreender as mudanças do mundo contemporâneo no processo de globalização. Milton Santos teve papel central na organização desses eventos, tendo sido homenageado no Encontro Internacional *O mundo do Cidadão. Um cidadão do Mundo*, no qual foi discutida sua obra. MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos; FONTOURA, Leandro Martins, GERALDI, Juliano. Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 786, 5 de junho de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-786.htm>>. [ISSN 1138-9796]

O segundo capítulo é subdividido em duas partes sendo a primeira dedicada a apresentar que, a partir de uma perspectiva territorial é possível conceber e operacionalizar a Assistência Social e o conceito de território na política de Assistência Social ao que se refere à garantia de direitos. Além disso, é sinalizado a importância de fazer o uso da perspectiva territorial para que atenda seus usuários. A segunda parte apresenta uma análise sobre o diagnóstico socioassistencial bem como a sua importância nessa política.

A partir de como foi organizado esse trabalho, ressalta-se a importância de levantar discussões como essa, levando em conta que com relação aos sujeitos envolvidos bem como referente ao fazer profissional de Assistentes Sociais, o estudo do território é relevante devido a sua potencialidade em contribuir com uma atuação que responda aos sujeitos que necessitam da Política de Assistência além de ser um instrumento relevante para as legislações e normas de operacionalização.

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO E ESTADO

1.1 CONCEITO DE TERRITÓRIO

Como a pretensão é fazer uma análise do modo de produção capitalista, questão territorial e da política de assistência social, vamos partir do conceito de território e espaço enquanto componentes da dinâmica humana que expressa as múltiplas determinações sociais, fortemente econômicas, contidas nas relações sociais de produção e reprodução da vida. Vale ressaltar que em relação a um conceito existem variadas concepções, diante disso destaca-se aqui a definição de espaço e território a partir dos estudos realizados pelos geógrafos Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1979) e Marcelo Lopes de Souza (2013).

Os três são autores do campo da Geografia, ciência que o Serviço Social e outras profissões das ciências sociais aplicadas deveriam se apropriar mais, considerando justamente a interface sociedade e espaço. Ademais, não existe espaço que não seja social. Geógrafo contemporâneo, Souza (2013) entende o espaço social como “aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade” e também como “algo material, tangível e palpável”. Dessa forma, para ir além dessa materialidade utiliza-se a definição de território que contempla um espaço natural delimitado de fronteiras e limites e que além disso apresenta “um poder que se exerce e que demarca espaços bem diferente”.

Contudo, a materialidade do espaço social e do território também pode se apresentar no campo subjetivo, ideológico. A obra “Por uma geografia do poder” (1980) do Raffestin (1993) é considerada um marco no debate sobre território. No item “Do espaço ao território” no capítulo intitulado “O que é território”, Raffestin (1993, p.143) escreve:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Um mais adiante, tratando da produção, ressalta Raffestin (1993, p.143):

Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites do conhecimento.

A conotação de poder que é fundamento para a conceituação de território, está atrelada aos fatores estimulantes dessas demarcações e que podem ser efetuadas através de elementos econômicos, estratégicos, bélicos e, assim, incidem em decisões de força e negociações na dinâmica do espaço social. Ou seja, o conceito de território é eminentemente político. É a dimensão política, a disputa de poder e a efetivação do poder como dominação, que caracteriza o território, diferente de outros conceitos como paisagem e lugar.

Quando trazemos a reflexão para a sociedade capitalista nos aproximamos do objeto de análise da pesquisa que resultou neste Trabalho de Conclusão de Curso. A necessidade e a existência da política de assistência social brasileira revela primeiro a questão social como contradição capital x trabalho, ou seja, revela as expressões da questão social sempre territorializadas, seja no chão de fábrica, seja no bairro, nas ruas, seja no espaço do Estado.

Não é sem motivo que políticas sociais como assistência social, saúde, habitação, segurança pública etc. estão evocando o conceito de território como transversal em suas análises, investigações e diagnósticos e também em suas linhas de execução. Também não é à toa que movimentos sociais têm trazido como potência este conceito e as reflexões possíveis através dele.

Ao analisarem a obra de Milton Santos (1979) onde o autor explica a sociedade organizada socialmente, Silva e Saquet (2008, p. 10) expõem que sua análise aponta que como o espaço é organizado socialmente, “espaço e natureza são sinônimos desde que considere a natureza como uma instância transformada, uma segunda natureza, conforme Marx a denominou”. Assim, o espaço ocorre por meio das transformações sociais realizadas pelo homem:

O espaço reproduz as transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna-se um componente fundamental da totalidade social e de

seus movimentos. (SANTOS, 1979, apud SILVA e SILVA; SAQUET, 2008, p. 10).

Outra conceituação de espaço é desenvolvida por Milton Santos segundo Silva e Saquet (2008). Aquela que define espaço de uma forma mais evidente, entendendo-o como fator social que compõem uma instância da sociedade. Essa explanação foi realizada por Milton Santos (1979) em “Por uma Geografia Nova”: “(...) O espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978 apud SILVA E SAQUET, 2008, p. 7).

É o que de certa forma quer dizer Souza (2013) quando dá importância ao conceito de “substrato espacial”, apresentando a unicidade entre a primeira e a segunda natureza quando as relações de produção são percebidas entre o confronto do “espaço herdado” e o “espaço novo”. Além disso, identifica essa relação a partir da ocupação do espaço pelos sujeitos do processo hegemônico.

O que é fundamental para a análise das relações que fundaram os estados-nações em contexto colonial, como colônias e como pós colônias, países que entram de vez na modernidade de acordo com alguma posição no mercado internacional do trabalho. Pela história brasileira, desde sempre produtor de *commodities*, na saga do subdesenvolvimento importando tecnologia, a formação nacional tem como central a questão territorial.

Souza (2013) ao falar sobre a problemática do uso do espaço entende que o sentido não é relacionar diretamente às alterações dos elementos construídos, ou seja, quer dizer sobre a funcionalidade que a construção de novos objetos materiais ou não, como é o caso dos objetos simbólicos, possuem. Por tal razão que o substrato adquire uma dimensão especial na compreensão da formação sócio-espacial, uma vez que condiciona as relações sociais, que numa sociedade desigual marcada pela questão social são sempre relações contraditórias e mesmo conflitantes.

Isso explica a importância do conceito de território, tendo em vista a dinâmica dos conflitos entorno das disputas de poder em uma sociedade em que a propriedade privada é um dos seus fundamentos. Dessa forma são vários os instrumentos de poder na correlação de forças entre o capital, o

Estado e a sociedade civil. Em suas palavras território pode ser entendido como: “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. (SOUZA, 2013, p. 96).

Neste caso fica evidente a dimensão do poder e das relações de poder na análise quando se pretende uma pesquisa sócio-espacial; seja observando o território ou até mesmo a desterritorialização. Com o exposto e complementando a ideia, Buscioli (2020, p. 353) diz que “todo projeto que se territorializa de modo hegemônico sobre um território, desterritorializa um outro projeto, assim como, se lugariza em seus símbolos e sentido e deslugariza outros sentidos do lugar”.

A desterritorialização se completa como nos mostra o autor pelos processos de des-lugarização, que intervêm no substrato material, que altera a paisagem para ampliar a capacidade de poder da nova territorialidade. Diante do exposto, o aprofundamento do tema realizará a partir de mediações com os elementos da crítica da economia política em relação à produção do espaço, de forma que sejam articuladas reflexões teóricas no processo de materialização da vida social, em especial as suas manifestações na dinâmica que moldam os territórios e a centralidade do trabalho

Em análise sobre o território destacamos que são muitos os seus conceitos, porém para entendê-lo é preciso entender uma série de fatores, políticos, econômicos, culturais e sociais que o formam com diferentes particularidades de território para território. Para Santos (2000, p.22), a busca por definir território requer apreender a questão do espaço geográfico com o social, pois cada território é composto por particularidades, uma vez que têm características diferentes, desde as naturais até as culturais.

Quando observamos a constituição do território de Minas Gerais percebemos isso, como as características naturais como a topografia e a existência de minerais preciosos de certa forma influenciaram na cultura. E como essa forma de enxergar o espaço hoje influencia a forma como interagimos com a natureza no estado mineiro. Para Raffestin (1993, p.143-144).

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço

é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.

Ao abordar o conceito de território chamamos a atenção para a importante produção teórica relativa à problemática do espaço, uma vez ser resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais. Dessa forma, registra-se a necessária discussão sobre a diferença entre espaço e território, destacando alguns autores como Milton Santos e Claude Raffestin. Este, por exemplo, diz o seguinte:

“Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

O debate sobre território perpassa por algumas sistematizações teóricas e perspectivas de análises, assim se faz necessário entender o território e a sua relação com as políticas sociais e mesmo econômicas, pois veremos claramente essa ligação ao tratarmos da política de assistência social brasileira.

Por exemplo, nos Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social Medidas de cidades, Koga (2003) fala sobre os territórios e a sua ligação com as políticas sociais, conceituando o “território como chão das políticas sociais”, considerando ser no território onde são construídas as relações de vida e as relações sociais.

Avançando nessa discussão destacamos como a noção de cidadania está ancorada na vida ativa no território. A palavra cidadania vem de cidade, ou seja, o cidadão está circunscrito em um território, em uma jurisprudência que determina quais são seus direitos e deveres, considerando as relações de poder que vão de certa forma evidenciar as desigualdades sociais. Para Raffestin (1993, p. 167) “A demarcação (a delimitação também, mas com riscos de contestação) permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal”. A noção de território surge/se constrói a partir da relação entre o espaço social e as pessoas que o constroem. No capitalismo, todo sujeito é sujeito territorializado.

Um elemento que é então intrínseco ao processo de construção e reconstrução do território é o cotidiano. Para além da dinâmica das relações da natureza, o território é produto e processo do ser social e está totalmente

atrelado ao mundo moderno, tendo em vista que tem sido um espaço de disputa de poder para o capital, para expansão da sua lógica e controle de todas as esferas da vida pela monitorização das relações mais essenciais como moradia e alimentação. Isso fica evidente quando Marx (MARX, 2013, p. 787) trata da acumulação primitiva:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletariados absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.

A acumulação primitiva foi então o processo de usurpação da base de subsistência dos camponeses, propriamente a terra. E assim inicia-se o processo de territorialização do capital. Santos (2015), nessa mesma direção, também aborda como o espaço tem sido um constante desafio necessário ao capital, tendo em vista a necessidade de conquistar áreas que ainda não são capitalizadas. Isso ocorreu através da colonização, um processo de expansão necessária à sua apropriação e ao seu controle, como é o caso do Brasil e de toda a América e também África.

A acumulação primitiva e a colonização como parte dessa lógica da reprodução ampliada do capital destroem violentamente o espaço social que já existia para essas populações, destruindo as condições de autonomia pela relação direta com a natureza para a reprodução da vida e destruindo todo arcabouço cultural correlato. A territorialização é então esse processo de domínio do capital sobre a natureza e o ser humano.

Dessa forma, constrói-se também o ímpeto de intensificar a sua exploração e de criar mecanismos que garantam a rápida circulação de mercadorias e com isso, o domínio sobre o território. Ocorre com isso uma “mobilidade destruidora de identidades” no sentido em que tanto pode acontecer a “desterritorialização” quando inicia-se um novo processo de territorialização. Sempre de forma violenta em graus maiores ou menores, como o que ocorreu no distrito de Bento Rodrigues em Mariana/MG com o rompimento da barragem de rejeitos da mineração.

Muitas vezes essas populações não estão organizadas politicamente por partidos ou movimentos sociais. E mesmo quando estão a correlação de forças desigual e desleal acaba por ignorar e mesmo atacar tais populações. Conseqüentemente, muitas vezes a própria população é impelida a deslocamentos forçados e à reconstrução da sua identidade em outros lugares, com outras paisagens e outros modos de vida. Além disso, ocorre em alguns casos projetos de empresas privadas e mesmo do Estado que criam mecanismos de controle e de convívio entre os segmentos sociais.

Os territórios são assim marcados pela desigualdade social e econômica, desigualdade de acesso aos direitos básicos como saneamento, lazer, mobilidade urbana, segurança pública, saúde, educação, serviços sociais em geral e mesmo acesso à alimentação adequada. Logo justifica-se a necessidade dos estudos sobre território. O Serviço Social por atuar diretamente com os usuários das políticas sociais também precisa apreender de maneira mais qualificada e profunda esse debate de suma importância.

Raffestin (1993, p. 160) já dizia: “Eis por que pensamos que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”. Com isso entendemos que o território e as políticas sociais demandam uma perspectiva que se fundamente nas condições de vida das populações para que assim contribua de maneira eficaz para o enfrentamento da exclusão social.

Nos respaldamos em Koga (2003) para compreender que os “lugares de exclusão e pobreza” são aqueles que mais revelam e denunciam como a cidadania é muitas vezes um conceito esvaziado para segmentos consideráveis da população brasileira e como, em contrapartida, uma minoria detém muita “inclusão e riqueza”. A lógica desigual na história de formação e consolidação das sociedades modernas se mostra como estrutural e incide até hoje nas condições de vida. A existência das políticas de distribuição de renda para o enfrentamento das desigualdades sociais indica e confirma isso.

Apesar do sentido crítico que envolve o conceito de território, o mesmo por outro lado também é utilizado numa perspectiva funcionalista. É o que demonstra Santos (2015) ao ressaltar a importância das experiências da crise de 1929 e dos resultados das guerras mundiais que possibilitaram a narrativa da necessidade de reorganizar a economia e a vida política. Por esse ângulo o

território é encarado como um espaço para o planejamento e desenvolvimento do capital pós crises e guerras provocadas pela sua própria lógica.

A autora nos proporciona compreender a realidade dos anos 1970 em circunstância da crise econômica que desencadeou e potencializou o aumento das desigualdades e como efeito a reconfiguração do papel do Estado com o questionamento do modelo de bem-estar social e a sua conseqüente superação em prol do neoliberalismo.

É o que acontece com algumas propostas de desenvolvimento local que na realidade buscam mais exploração da natureza e da força de trabalho sem muitos benefícios para a população, muitas vezes provocando o processo de gentrificação social.

Recentemente as políticas sociais no Brasil estão sendo pautadas com certa abordagem territorial que indicam, pelo menos em seus escopos, a valorização do espaço local e ênfase no poder local. Dessa forma as políticas objetivam desenvolver a “descentralização e municipalização”. Desde os anos 1980 os movimentos sociais têm registrado importante posicionamento pelas reivindicações que buscam possibilitar e garantir a descentralização e a participação popular na construção democrática para os territórios (SANTOS, 2015).

As políticas sociais e sua gestão são compostas de relações de poder que envolvem o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil a partir de seus interesses econômicos e de domínio. As políticas sociais são conquistas da sociedade civil organizada, contudo estão repletas de contradições. Como por exemplo a ampliação da política de assistência social como um mecanismo de contenção da pobreza extrema com vistas a conter insatisfações populares e ao mesmo tempo manter certo controle em territórios pauperizados que não contam com outras políticas e direitos sociais básicos.

Como já afirmado, “o território é o chão do exercício da cidadania”, nas palavras de Koga (2003). Em outros termos, territorialidade é construída em decorrência daquilo que os sujeitos sociais concebem no cotidiano através das suas experiências individuais, mas principalmente coletivas.

A efetiva participação e o controle social devem ser objetivos das políticas territoriais, propiciando a gestão social que reconheça através das

ferramentas operacionais de análise, planejamento, instrumentos, monitoramento e avaliação e etc. Desenvolver o território e gestão em rede, como afirma Santos (2015), requer uma administração contemporânea que desempenhe formas de “superar a centralização”.

A articulação entre várias políticas sociais e os usuários é metodologia necessária para a consolidação de uma perspectiva territorial que não seja funcionalista e que assegure enxergar o usuário como um ser total e não fragmentado.

Para fundamentar melhor essa relação entre Estado, cidadania, direitos sociais e a demanda da população que sofre com a desigualdade social é necessário refletir um pouco sobre a formação do Brasil enquanto Estado moderno, suas estruturas e vinculações históricas, tendo em vista que os estados nacionais possuem no território um dos seus fundamentos, inclusive com jurisdição das leis e das políticas.

1.2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO-NAÇÃO

Com o objetivo de fundamentar o debate sobre políticas sociais, mais propriamente a política de assistência social brasileira, trataremos agora sobre a formação do estado nacional tendo em vista que a discussão sobre território é essencial para entendermos a questão social brasileira e as respostas instituídas por um Estado moderno da periferia do capitalismo.

Na contemporaneidade o Estado-Nação é uma essencial característica da estrutura política moderna, principalmente dos estados democráticos de direito. Atualmente tem por objetivo defender o espaço de poder e representar o seu povo, contudo durante a história ele manifestou diversas formas de organização e diferentes perspectivas ideológicas.

No seu processo de constituição, desde o início com o término da Idade Média, apresentava-se com características de um Estado absolutista e autoritário chegando então à sua forma atual, na maioria dos casos, como Estado democrático. Mas vale ressaltar que em muitos países, como é o caso do Brasil, o estado de exceção ser um mecanismo que compõe o arcabouço legal e constitucional interno ao Estado democrático.

Ao falarmos de Estados nacionais democráticos na atualidade vale indicar que ele adota variadas posturas que estão relacionadas às mais diversas ideologias e práticas de governabilidade, adquirindo novos elementos no transcorrer do processo histórico e político, uma vez que a sua conexão com o poder econômico da nascente burguesia com a derrocada da Idade Média se implementou de diversas maneiras a depender da posição histórica e econômica dos países no desenvolvimento desigual do capitalismo global. Via de regra atualmente é ampla a influência do poder econômico nas decisões políticas sobre os territórios em escala internacional, nacional e até mesmo local, pois a empresas multinacionais.

Sobre a natureza do Estado e do papel desempenhado por ele, Andrade (2004) fala sobre o fortalecimento ou enfraquecimento da soberania e do território em que seu poder é exercido, sendo essencial a análise da conjuntura política e econômica em questão. A compreensão do desenvolvimento da globalização é fundamental para analisar o sistema de relações entre estados e entre Estado, sociedade civil e empresas privadas, além das organizações do terceiro setor.

Andrade (2004, p. 19) afirma que “Os especialistas em Teoria do Estado costumam afirmar que o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo [...]”. Entretanto, o autor aponta a necessidade de discutir conceitos teóricos fundamentais para a análise desses três elementos, como é o caso do conceito de Espaço social que está na base para se discutir a materialização do conceito de território, tendo em vista que a dinâmica do poder está circunscrita em como o espaço é construído socialmente.

Para um país existir depende da existência do seu território. Contudo a existência de uma nação em alguns casos não está associada a um território, assim como não necessariamente supõe um Estado. A questão do poder então está ligada a diferentes formas de arranjo do Estado e da Nação, constituídos no desenvolvimento histórico por diversas características culturais que demarcam uma importante questão, a da identidade nacional como autoimagem de um povo e sua organização. Portanto não é possível a referência a um Estado sem território, entretanto, se pode falar de territorialidade sem Estado.

Como afirma Caio Prado Jr. (1983, p. 19) em *Formação do Brasil Contemporâneo*: “Todo povo tem em sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’”. O povo como categoria social está ligada à uma nação que, nos termos da modernidade, é construída na configuração de fronteiras territoriais e no exemplo do Brasil se pode dizer até sobre uma unificação espacial pela língua. Para esse autor do pensamento social brasileiro clássico este “sentido” não é visto “nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”.

Assim para a reflexão do desenvolvimento da interpretação do conceito de território na política de assistência social é importante pensar a estrutura e as relações da história do Sistema Colonial. A ideia é conectar o “sentido da colonização” com a particularidade da questão social brasileira para pensar a política de assistência social e o território, pois as práticas sociais, diz Lefebvre (2013) são projetadas nos terrenos e necessariamente são práticas espaciais.

Com uma ideia de colonização que quer dizer um processo amplo ao longo ao longo da história em diferentes situações, O geógrafo Maximilien Sorre diz sobre o objetivo de expansão da área ocupada pelos humanos no planeta, seja pela ocupação, povoamento de regiões e pela “organização do ecúmeno” (apud NOVAIS, 1979, p. 58). Essa ideia de colonização ao mesmo tempo que mostra a ideia expansionista do pensamento moderno e a ideia de evolução da relação com a natureza, por outro lado mostra a presença de um pensamento que vê um espaço vazio sem pessoas e suas culturas, que pode ser ocupado e povoado por não considerar os povos como humanos.

Quando essas pessoas são consideradas são como força de trabalho muitas vezes escravizadas e esses lugares como fonte de riquezas naturais como o Brasil do Pau-Brasil, da cana-de-açúcar e do ouro e outros minerais por exemplo. A natureza passa a ser vista como fonte de recursos inclusive humanos que devem virar mercadorias, como diz Marx sobre a acumulação primitiva do capital.

Assim é necessário entender a dinâmica que causou a colonização brasileira dentro de um movimento maior dos Descobrimentos Marítimos nos Tempos Modernos, como afirma Novais (1979), que faz a crítica quando fala de diferentes características da forma mercantilista de colonização europeia pelas diferentes formas de relações que se fizeram entre metrópoles e colônias, entre

centros e periferias, as relações do sistema colonial do mercantilismo visando alargar domínios territoriais e de riquezas para comercialização. Como afirma Moraes (2002, p. 63), “Todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com intuito de incorporá-lo à sua área de habitação”.

Ao citar Immanuel Wallerstein em *El moderno sistema mundial (1987)*, Moraes (2002) fala da ideia de economia-mundo para falar da inovação do sistema capitalista que espalha uma nova forma de organização socioespacial dentro do poder político, e também da forma de expansão territorial na busca de novas mercadorias e de força de trabalho barata ou mesmo escrava. A colonização é então uma apropriação de um espaço que já existe e dentro dele já tem relações sociais e uma cultura. Esse processo como vemos na história foi sempre de modo violento e brutal, buscando mais domínio e poder ao subordinar espaços sociais e povos que hoje são os países da periferia do capitalismo, principalmente nas Américas e na África, mas também na Ásia.

Também é importante dizer que a formação territorial não é só sua materialidade pela apropriação e dominação direta de espaços e povos, ela também está ligada e acontece dentro de uma construção simbólica do espaço, geralmente feita pela junção de um movimento de construção ideológica, política, econômica e militar para o aumento do poder em um espaço pensando em mercantilizar o que for de interesse. A ideologia para Lefebvre (2013), só tem firmeza quando é feita dentro do espaço social influenciando na sua produção e reprodução. O autor diz que a ideologia pode se tratar dessa forma como um discurso sobre o espaço social, sobre as relações sociais existentes.

Moraes (2002) fala que com as revoluções burguesas começa uma nova forma de legitimar o domínio territorial com a ideia de soberania popular dentro da ideologia do liberalismo clássico, onde o governo é o responsável por expressar a “vontade geral” do “povo”, ou seja, aquelas pessoas que são os habitantes do território. Assim começa a formação dos estados nacionais e seus territórios. Ou seja, essa ideia de nação é de certa forma recente e apoiada em construções culturais e políticas, além das simbólicas, um “imaginário territorial”. Isso quer dizer que se trata de um movimento que é material e também ideológico.

Cabe dizer que ao falarmos de colonização não consideramos uma oposição entre colônia e metrópole. Uma vez que o movimento de expansão territorial teve como objetivo no Sistema Colonial mercantilista, a dominação de terras e dos recursos naturais como elemento importante do desenvolvimento econômico das metrópoles. Nas palavras de Moraes (2002) isso representa a internalização do agente externo que passa a dominar e a agir como peça que estrutura e rege os lugares colonizados. O mesmo autor afirma que:

A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os “naturais” do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local (MORAES, 2002, p.68).

Cabe ressaltar que o processo de territorialização através da colonização sempre foi marcado com violência seja econômica e também extraeconômica, que no Brasil sabemos ter causado o extermínio de vários povos indígenas, de várias línguas, dialetos e modos de vida. Dentro do domínio territorial se observa então a presença institucional da metrópole através dos elementos militar, jurídico e administrativo com o objetivo de ser eficiente a conquista de poder.

A colonização é resumidamente uma afirmação militar, mesmo que no começo tente ser diplomática, de uma dominação política sobre os espaços gerando a territorialização. Isso quer dizer que esse movimento de dominação territorial gera custos para as metrópoles dominadoras, o que faz que para elas esse movimento tenha que ser lucrativo que nesse momento faz parte da fase de acumulação primitiva. Moraes (2002) explica que dentro desse movimento tem que ser feita a apropriação de riquezas que são os recursos naturais do lugar e que para eles consideram as pessoas também.

Como afirma Novais (1979, p. 60), “O ponto de partida é, como se sabe, a ideia metalista, ou seja, a identificação do nível de riqueza com o montante de metal nobre existente dentro de cada nação”. A partir da ideia desse autor, é interessante como temos um estado no Brasil que chama Minas Gerais, tendo em vista que Portugal encontrou aqui metais preciosos como o ouro e o diamante, moeda corrente na época. Até hoje o estado é marcado por essa atividade econômica, a mineração. O movimento de territorialização em Minas Gerais parece então ter sido lucrativo para a colonização portuguesa.

Considerando a época do capitalismo mercantilista se buscou a balança comercial favorável com a criação de mercados particulares com a produção interna com custos baixos se utilizando de força de trabalho escravizada buscando o desenvolvimento do capitalismo da metrópole portuguesa para concorrer com os outros países da Europa (NOVAIS, 1979).

Vetor sempre positivo da realidade local é a presença de recursos naturais raros, com destaque para os metais preciosos. A existência do ouro ou da prata removia qualquer obstáculo à instalação colonial, pois a lucratividade do empreendimento sempre compensava o risco e o investimento (MORAES, 2002, p.68).

Como já dito anteriormente, a necessidade de baixo custo do movimento de colonização também via como recurso natural bastante atrativo o que Novais (1979) chamou de “estoques populacionais”. Ou seja, a presença de mão-de-obra “nativa” disponível para o desenvolvimento do povoamento e da produção a custos os mais baixos possíveis e lucrativos. Ou seja, como também já foi dito, não considerou os povos que já estavam aqui como humanos com suas culturas e formas de vida dentro do espaço social por eles construídos.

A própria narrativa do descobrimento do Brasil que inclusive é ensinada na escola mostra isso, a ideologia de um espaço vazio que assim pode ser dominado e mercantilizado, incorporado como território anexado de países do outro lado do oceano uma vez que continha riquezas como terra e trabalhadores. Falando de Minas Gerais a existência de ouro e diamante foi capaz de fazer com que se ultrapasse obstáculos como os difíceis terrenos de encostas e barrancos, compensando os riscos e os investimentos para a ocupação e exploração dessa região.

Neste sentido, reafirmamos que a colonização é uma relação tanto material quanto simbólica entre sociedade e espaço onde os “nativos” são vistos como uma peça de recurso natural local, como escreve Moraes (2002). Por isso, o conceito de território é importante para entender a formação de um Estado-nação como o Brasil, de origem colonial, sendo o espaço um elemento estrutural na formação social e da questão social posteriormente. Até hoje observamos como o espaço determina a vida e as contradições sociais em cidades mineradoras como Mariana-MG e Ouro Preto-MG.

Nas palavras de Moraes (2002), os espaços material e mítico operam como elementos que estimulam as regiões coloniais. Como já afirmamos é com o fim da Idade Média com a crise do feudalismo que essas relações políticas, econômicas e territoriais são feitas entre metrópoles e colônias no capitalismo mercantilista, visando subordinação e dominação, como aponta Novais (1979, p. 63), pontuando essa crise, diz que:

[...] ela deriva não propriamente do renascimento do comércio em si mesmo, mas da maneira pela qual a estrutura feudal reage ao impacto da economia de mercado. O revivescimento do comércio (isto é, a instauração de um setor mercantil na economia e o desenvolvimento de um setor urbano na sociedade) pôde promover, de um lado, a lenta dissolução dos laços servis, e de outro lado o enrijecimento da servidão.

Por essas contradições que se dá a formação dos estados nacionais, como resposta se dá a formação das monarquias absolutistas. Isso foi necessário para formar a estabilidade da ordem na metrópole e para a expansão territorial pela formação das colônias. A posição particular de Portugal, como indica Novais (1979), foi sua centralização adiantada de um pequeno estado ocidental.

Ao anexar territórios complementares além de suas fronteiras e do próprio continente favoreceu como mecanismo da produção também, não só da circulação de mercadorias, uma vez que encontrou no Brasil produtos tropicais comercializáveis e metais nobres para o mercado externo, o que é característica do Brasil até hoje como grande produtor de commodities. É o “sentido da colonização” dito por Caio Prado Jr (NOVAIS, 1979). Nesses espaços foram geradas a acumulação primitiva que foi essencial para a formação das economias nacionais modernas.

É interessante notar que quando olhamos um mapa político como as fronteiras hoje em dia são naturalizadas como se tivessem sempre existido e como se fosse um dado da própria realidade natural na superfície da Terra. Isso representa a consolidação da ideologia da forma de dominação territorial do Estado moderno (MORAES, 2002).

Ou seja, o que delimita e legitima a realização da soberania estatal no mundo moderno são as fronteiras enquanto linhas formais, o que consolida uma perspectiva limitada de território, compreendido com a área que está dentro

do poder e domínio político de cada Estado. Os territórios nacionais assim entendidos respaldam também os limites do poder jurídico no desenvolvimento de um processo legitimador. Isso tem importante influência na construção ideológica de um povo unificado, na tentativa de afirmação de identidades nacionais que como visto no Estado moderno requer estabelecimento de bases espaciais. Moraes (2002) afirma que vem daí a necessidade de doutrinação patriótica que é feita por vários aparelhos do estado, principalmente o ensino formal.

A dimensão espacial tem grande importância para o entendimento e a explicação dos processos históricos nos países de formação colonial, como também ilumina as análises sobre o momento presente ainda fortemente marcado pelas estruturas de poder desde a sua origem. A noção de civilização está totalmente ligada com essa perspectiva de conceber um país e seu Estado com sendo seu território. A palavra cidadania tem origem grega e quer dizer cidade, ou seja, o cidadão era aquele nascido em terras gregas.

O Estado busca controlar através das leis e da soberania nacional as relações estabelecidas no território nacional. A partir do século XV quando se deu a consolidação dos territórios europeus fica evidente a importância do território como função política, mais propriamente de manutenção de seu poder político e econômico que garante a formação dos Estados-Nação. A burguesia vê o território como possibilidades de desenvolvimento da economia capitalista e precisa do Estado como alicerce que busca regular as expressões da questão social evitando que as contradições se expressem em rebeliões populares.

As expressões da questão social brasileira estão marcadas pelo processo da história territorial que conformou esse Estado e esse povo de um dos países mais desiguais do mundo. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) é sustentado pelo agronegócio – confirmando a permanência do “sentido da colonização” do Brasil como um produtor de commodities – a política de encarceramento dos pobres e a assistência social são potencializadas como formas distintas de o Estado atuar sobre a camada da população que não acessa os benefícios desse PIB.

Como vimos, a formação do Estado brasileiro de história colonial é muito mais territorial do que nacional, como afirma Moraes (2002). E com o processo mundial, que também ocorre no Brasil, de desnaturalização o chão de fábrica vai deixando de ser a arena da luta de classes, que vai ter no território mesmo o espaço de contradições e de expressões da questão social que é uma afirmação que se distancia da percepção de PNAS e da Dirce Koga. Como vimos, a cidadania está totalmente atrelada ao território e a conhecida constituição cidadã – Constituição Federal de 1988 – na qual a assistência social compõe o tripé da seguridade social.

CAPÍTULO 2

ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERRITÓRIO

2.1 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

Esse capítulo foi organizado em três momentos; o primeiro trata da gênese do Serviço Social no Brasil. O tópico 2 é responsável por apresentar a interlocução do Serviço Social e o território contextualizando o nascimento do Serviço Social e seu processo ao decorrer das fases do modo de produção capitalista e sua relação com a perspectiva territorial. Na sequência, apresenta-se a discussão referente ao uso do conceito de território na Política de Assistência Social, seguido pelo último subitem que discorre sobre o diagnóstico socioassistencial e seus desdobramentos.

Sabe-se que a profissão do Serviço Social surge a partir de uma necessidade diretamente ligada ao desenvolvimento de um dos estágios do sistema capitalista, o estágio imperialista. A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, iniciada ao final do século XIX nos Estados Unidos e na Europa, provocou mudanças na estrutura da economia e da sociedade que afetaram o mundo todo. Tais mudanças serão pontuadas no decorrer deste capítulo.

De acordo com Lourival Santos (2011), na era do capitalismo concorrencial tinha-se a presença de pequenos empresários que produziam de forma independente, com a predominância de uma política liberal na qual

promovia o incentivo da livre concorrência e a mínima intervenção do Estado na economia, além da defesa da propriedade privada. Esses pequenos empresários produziam com a utilização de capitais modestos e a venda de mercadorias era restrita ao território nacional, não se tinha um planejamento global e os capitais atuavam de forma tão livre e desamarrada que não se tinha um equilíbrio entre produção e consumo, condição que provocou crises cíclicas. A intensificação dessa dinâmica inconsistente, favoreceu a formação do capitalismo monopolista.

Com a chegada do capitalismo monopolista articulando o fenômeno global que ficou conhecido como estágio *imperialista*, houve um amplo desenvolvimento dos grandes mercados e, aqueles pequenos empresários com suas modestas produções, ou foram sucumbidos pela nova onda monopólica, ou tiveram que ser incorporados aos capitais mais fortes. O grande crescimento das indústrias influenciou, também, o desenvolvimento de tecnologias para promover o avanço na produção de bens de consumo, tratava-se de um contexto de globalização.

O estágio imperialista chega como o nível mais alto do desenvolvimento do capitalismo, onde a concorrência que já era experimentada na fase do capitalismo concorrencial, é colocada em outro patamar, os *trustes* e os *cartéis*³ começaram a constituir monopólios para além das fronteiras de cada país (Netto, 2009). Basicamente, o novo cenário era de um mundo dominado por monopólios e, a escala de centralização e concentração capitalista crescia de forma exponencial.

De acordo com Sampaio (2011), ocorreu a fusão do capital bancário com o capital industrial criando assim a oligarquia financeira, gerando a exportação de capitais e a formação de associações internacionais monopolistas que partilham o mundo entre si. Nota-se a concentração da riqueza mundial na mão de um pequeno grupo de pessoas, ao passo que sobra muito pouco dessa riqueza para um grupo muito grande de pessoas, resultando na desigualdade

³ Conforme definição de Magri (2020); de forma simplificada, cartéis, trustes e holdings são práticas do capitalismo monopolista (ou financeiro) nas quais poucas empresas detêm o controle da maior parte de um segmento de mercado com objetivo de eliminar a concorrência para maximizar os lucros e dominar o mercado. MAGRI, Ana Camila Fernandes Tampelini. **AMPARO JURISDICIONAL DO ESTADO EM RELAÇÃO AOS CARTÉIS E TRUSTES: o efeito das fraudes na livre concorrência do mercado brasileiro**. Cadernos Jurídicos da Faculdade de Direito de Sorocaba, SP. Ano 2. n. 1 p. 211-222 (2020).

social. Uma característica importante desta fusão, foi o novo papel dos bancos, estes se uniram às indústrias e também aos grandes monopólios fabris para controlar o mercado, ou seja, essa união é quem controla a direção do mercado, onde deve ou não ser investido capital.

Até aqui foram pontuadas algumas das principais transformações no âmbito econômico em decorrência do desenvolvimento capitalista, os pontos que mudaram a direção do mercado. Agora falaremos das modificações na estrutura social. Como consequência do processo de expansão do capitalismo e com a consolidação do estágio imperialista, as expressões da Questão Social se tornaram expostas, demandando a intervenção do Estado. O termo “Questão Social”, de acordo com Netto (2006), surgiu por volta da terceira década do século XIX, e surgiu com a proposta de dar nome ao fenômeno do pauperismo - pobreza acentuada e generalizada - causado pelos impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra ao final do século XVIII. O fenômeno do pauperismo foi também uma circunstância importante para a instauração do capitalismo em seu estágio concorrencial. Com a produção em larga escala, estabeleceu-se um incentivo ao subconsumo. Com o aumento das tecnologias nas grandes indústrias, acabou gerando uma economia de “trabalho vivo” o que acabou por destinar muitos trabalhadores ao exército industrial de reserva, aqui é possível observar uma das expressões da Questão Social mais evidente naquela época, o desemprego.

Netto (2006) nos mostra que as expressões da Questão Social, ou seja, a desigualdade entre as classes sociais, a discrepância entre ricos e pobres e o contraste no que tange o acesso aos bens sociais, tudo isso já existia antes mesmo da transição do capitalismo ao estágio concorrencial, já era possível observar essa dinâmica antes da primeira onda industrializante, mas o que vai definir a incidência de um “novo fenômeno” é o patamar pelo qual chegou a pauperização. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.” (NETTO, 2006, p. 153).

No estágio imperialista do capitalismo, articulado a um movimento de urbanização provocado pelos crescimentos das grandes indústrias, as pessoas vinham com suas famílias para os grandes centros em busca de trabalho e condições melhores de vida, entretanto, o que conseguiam não era o suficiente

e a pobreza aumentava de forma significativa. Os trabalhadores não recebiam o necessário para suprir suas necessidades básicas, instituindo um cenário de extrema pobreza.

Aqui, fica evidenciado um dos pontos mais importantes deste estudo, pois, permite alcançar a questão territorial como elemento de grande importância e influência para o surgimento da profissão do Serviço Social. Abramides (2016), nos traz informações importantes sobre essa conjuntura, ela destaca a divisão e segregação de territórios nos grandes centros urbanos como expressão da desigualdade imposta pelo sistema capitalista, expressões que são o oxigênio deste modo de produção.

A população empobrecida foi sujeitada a se deslocar para as periferias vivendo em condições extremamente precárias, sem infraestrutura, sem acesso a saneamento básico, sem transporte coletivo, e o que lhes restavam era se abrigarem em encostas de morros ou fundos de vales, erguendo moradias com um sistema precário de autoconstrução. Os trabalhadores rurais foram obrigados a deixar a vida no campo, diante da pobreza extrema e, ao chegarem nas cidades eram submetidos ao trabalho sem nenhuma regulamentação, os trabalhadores viviam em condições precárias, habitações inseguras em meio a aglomerações industriais, muitas vezes sem acesso a água, esgoto e luz.

Diante dessa dinâmica, onde a produção é coletiva e a apropriação é privada, a questão social se qualifica e se quantifica, afinal, como já pontuado por Netto (2009), o capitalismo monopolista recoloca em patamar mais alto e evidente as características elementares de exploração e alienação que conferem à ordem burguesa. Diante destas circunstâncias, as expressões da Questão Social, dentre elas a fome, desemprego, doenças e forte desigualdade (Netto, 2006), se tornaram expostas, causando a mobilização da classe trabalhadora.

Neste período, ao final do século XIX, ocorreu o surgimento de partidos operários de massas, movimentos organizados pela classe trabalhadora para bater de frente com toda a precarização que estava sendo imposta aos trabalhadores.

A população não estava satisfeita com a situação na qual se encontravam e viram a necessidade de se organizarem e lutarem por condições melhores de

vida, a pobreza crescia em larga escala, falta de moradia, alimentação básica, doenças que assolaram a população e a falta do acesso à saúde, esses problemas chegaram a um grau de complexidade fazendo-se necessária a mobilização do Estado para intervir e amenizar esses impactos que ameaçavam o controle da força de trabalho e a continuidade da produção e acumulação.

No capitalismo concorrencial o Estado tinha um modelo de intervenção no sistema econômico mais emergencial e episódico, na era do estágio imperialista, ele precisou mudar sua forma de intervir para assegurar o principal objetivo da nova fase capitalista - garantir os superlucros dos monopólios.

É importante destacar que, a intervenção do Estado ocorre não somente como uma concessão da burguesia diante das tensões dos movimentos operários, mas também como uma estratégia para garantir o trabalhador vivo, dar a ele condições para que se mantenha ativa a sua força de trabalho.

O Estado intervém como garantidor da superprodução e acumulação através do controle da força de trabalho, ele atua no atendimento de necessidades dos trabalhadores, mas também garante que a força de trabalho destes sujeitos também continue sendo explorada incessantemente. Assim sendo, Netto (2009):

[...] o capitalismo monopolista pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária. É somente nessas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se - mais exatamente: podem tornar-se - objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. (NETTO, 2009, p.29).

O novo papel de atuação do Estado se dá com a criação de programas sociais, o que trouxe a necessidade da criação de diversas profissões, inclusive a do Serviço Social para atuar na operacionalização dessas políticas e no enfrentamento das expressões da questão social.

Com o estabelecimento da organização fordista que tinha como premissa a produção em massa para o consumo em massa, ao efetivar seus objetivos,

precisava dar à população o poder de compra para que pudessem consumir mercadorias e favorecer o aumento da superacumulação.

De acordo com Harvey (2008), o fordismo iniciou-se nos Estados Unidos no ano de 1914 quando Henry Ford, empresário do ramo automobilístico, implantou o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa aos trabalhadores. Ford acreditava que produção em massa significava consumo em massa, então, ele iniciou um processo para além de, simplesmente controlar e disciplinar os trabalhadores, era também um processo de controle da vida social desses sujeitos. Sobre isso Harvey (2008) escreveu:

[...] em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores "privilegiados" (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o "novo homem" da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e "racional" para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. (HARVEY, 2008, p.122).

Nota-se que a questão da imigração nos anos de fordismo não era um problema, a maioria de seus trabalhadores eram imigrantes. Por ser um contexto de superacumulação e o objetivo era único e exclusivo de produção, foi necessária muita mão de obra, por isso as indústrias recebiam trabalhadores de diversos lugares. O mundo todo estava sofrendo modificações no âmbito da economia e também no âmbito social.

No caso do Brasil, segundo Abramides (2016), foram criados programas sociais para dar poder de compra à população economicamente ativa inserida no mercado de trabalho formal, além de atender a algumas reivindicações dos trabalhadores. Nesse sentido, foram criados os sistemas de previdência, de seguro, foi criado o salário mínimo como estratégia de regulação da relação capital/ trabalho, foi criada também a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. É diante desse cenário que se inicia um processo de “negociação” entre Estado e classe trabalhadora.

Nesse sentido, constata-se a emergência das políticas sociais no contexto do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, constituindo-se em mecanismo central de mediação entre os interesses antagônicos

estabelecidos pela relação capital-trabalho (ANDRADE, 2015, p.2).

No Brasil, até os anos 1930, a Questão Social era tratada como caso de polícia, era vista por uma perspectiva de cunho moral e psicologizante, culpando os sujeitos pela sua condição de vida precária. Isso não muda com a intervenção do Estado, de certa forma o Estado continua individualizando esses problemas como se eles fossem culpa dos sujeitos, afinal o Estado não reconhece que esse sistema totalizante de desigualdades é resultante do modo de produção capitalista.

A profissão do Serviço Social surge então sob um contexto onde a pobreza crescia progressivamente, o trabalhador vendia sua força de trabalho para garantir seu sustento e de sua família, mas não tinha poder de compra da própria mercadoria que ele fabricou. O Estado demanda a profissão do Serviço Social como estratégia de mediar essa relação entre classe trabalhadora e Estado, agindo de dois modos, dando ao trabalhador condições básicas para que continue vivo e podendo vender sua força de trabalho, e de outro lado, sendo alienado pelo pensamento do consumismo e da acumulação, comprando mercadorias e mantendo a engrenagem girando.

Abreu (2016, p. 236), quando relaciona o Serviço Social e território, a autora identifica como o pressuposto inicial o caráter imediatista das respostas a questão social, principalmente por parte do Estado através das políticas sociais. Lindo (2015) chama atenção para que o território no Serviço Social não seja somente um recorte delimitador de área e nem mesmo somente um território de atuação, mas sim de ação buscando sempre estar atento aos fatores que geram os meios de produção das desigualdades e não somente assistir as pessoas marginalizadas. Portanto;

Por que existem cinturões de exclusão e pobreza nas cidades? Por que existem fulcros de extrema riqueza enquanto boa parte da população cidadina é privada de vários direitos? Quais são os processos que alimentam a criação de bairros carentes de infraestrutura ou surgimento de favelas? Quais elementos estão por trás das dinâmicas de uso do solo urbano e incorporação imobiliária? Por que existem pessoas que não tem lugar para morar? Por que existem condomínios fechados de alto padrão de moradia? Por que o direito à cidade é negligenciado para alguns grupos sociais? Tais questões, apesar de serem bem gerais, são fundamentais para compreendermos as desigualdades

sociais e suas expressões espaciais e o território, como campo de disputas, conflitos de classe, relações intersubjetivas, representações políticas ou coexistência de diversos poderes, é um conceito basilar para incorporarmos às políticas assistenciais com o objetivo de transformação da realidade. (LINDO, 2015, p. 194).

Levando em conta que as políticas sociais são ferramentas de mediação das expressões da questão social e a importância do debate acerca de uma perspectiva territorial, busca-se no próximo subitem iremos analisar a questão do território no âmbito da Política de Assistência Social.

2.2 TERRITÓRIO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esse subitem tem por objetivo abordar como o debate de território é incorporado e relevante à política de Assistência Social e também ressaltar a transversalidade do conceito de território nessa política. Além disso, reforçar a importância de se utilizar desse conceito levando em conta o quanto ele é estratégico para a organização dessa política e de compreender a partir de uma nova ótica os processos de situações de vulnerabilidade e risco social. Sobre os conceitos de vulnerabilidade e risco social, é necessário ponderar as indagações realizadas Campos (2021) que explicita em seu trabalho o uso desses dois conceitos como uma combinação que seria a “chave” do “sucesso” da Política de Assistência Social, seu fim último, sua razão de ser. A autora ainda diz que esses conceitos parecem, ainda, ter uma “lógica etapista”, por assim dizer, vez que, ao atuar com uma população tida como em “risco” e “vulnerabilidade”, a partir do desenvolvimento de “capacidades” dos indivíduos e famílias, estes lograriam “protagonismo”, “autonomia” e “emancipação”. Para a autora, problematiza esses conceitos elencando que seu uso se adequa a atualidade levando em conta a redução do acesso aos direitos sociais.

Antes de adentrar na discussão a que esse trabalho se propõe de analisar como o território é imprescindível para a Política de Assistência Social, é necessário entender um pouco sobre ela.

Com base nas informações apresentadas no documento organizado pelo CFESS, *Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, diz que a PNAS foi legalmente reconhecida com um direito social e dever do Estado a partir da Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e regulamentada através da aprovação realizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no ano de 2004 e no ano seguinte foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social. (PNAS, 2004, p. 31).

Ainda conforme esse documento sinaliza, para a efetivação da Assistência Social como política pública, sua materialização se deu em forma de proteção social básica e também a proteção especial (média e alta complexidade).

A proteção social básica conforme a PNAS, contém ações preventivas que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção, também tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, p. 33), sendo prioritariamente realizado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já a proteção social especial refere-se;

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem

acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (PNAS, 2004, p. 37).

Após apontar o marco da regulamentação da PNAS (2004) é necessário ressaltar que a política de Assistência Social sempre foi espaço privilegiado para operar benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, considera-se a erradicação da fome, componente fundamental nesse propósito. A experiência acumulada da área mostra que é preciso articular distribuição de renda com trabalho social e projetos de geração de renda com as famílias. É nessa perspectiva que se efetiva a interface entre o SUAS, novo modelo de gestão da política de assistência social, com a política de segurança alimentar e a política de transferência de renda, constituindo-se, então, uma Política de Proteção Social no Brasil de forma integrada a partir do território, garantindo sustentabilidade e compromisso com um novo pacto de democracia e civilidade. (PNAS, p. 57)

Com base no que foi apresentado no capítulo anterior, ressalta-se aqui que nem tudo são flores. Dessa forma, ancorados pela pesquisa realizada por Campos (2021), não podemos deixar de sinalizar que uma política social é construída de acordo com os modos de vida de uma sociedade bem como com o seu modo de produção e assim constituiu-se o pensamento da classe dominante. Assim sendo;

Neste sentido, os atos normativos, assim como a orientação econômica política e ideológica dos governos, podem potências para olhar o caminho que o Estado organiza a reprodução dos modos de vida, uma forma de assistência socialmente necessária e funcional ao capital, mesmo que responda também a demandas da classe trabalhadora, e quais as possibilidades (se é que existem) de romper com tal lógica. (CAMPOS, 2021,p. 21)

A seguir, iniciaremos a discussão relacionada ao território na PNAS, identificando que o território é um indicador elementar para efetividade de

políticas públicas voltadas para a Assistência Social, constituindo um alicerce fundamental “uma vez que permite a compreensão da problemática das dinâmicas socio-territoriais”. (CUNHA E ANTONELLO, 2018, p.1)

Assim como Cunha e Antonello (2018), no texto *Território uma estratégia às políticas sociais* onde dizem; “discutir territorialização junto às políticas sociais contribuem para o processo de construções das políticas, levando em conta que a historicamente a formação social é marcada pela (re)produção das desigualdades sociais marcadas nos territórios de forma heterogênea.” Dessa forma, possibilita entender o processo de segregação sócioterritorial e que fundamenta as tomadas de decisão a favor das demandas da população usuária. Complementando a discussão feita por esses autores, apresenta-se um trecho do debate realizado por Dias (2016) em *Política de Assistência Social e territorialização*;

o olhar para o território contribuirá para o mapeamento das vulnerabilidades e riscos pessoal e/ou social a que as famílias usuárias da Política de Assistência Social estão expostas. Assim, pode-se compreender tanto diferenças culturais como sócio territoriais, além de considerar também as desigualdades regionais, pois é a partir destas que a Política de Assistência Social poderá aproximar-se do cotidiano das pessoas, identificando riscos e vulnerabilidades. É imprescindível uma avaliação mais profunda sobre as diferenças e desigualdades sócio territoriais para que se priorizem serviços, programas e projetos para uma realidade cada vez mais complexa, cada vez mais diversificada. (DIAS, p.2, 2016).

Além de ressaltar a relevância do conceito de território na efetivação das políticas sociais e aqui delimitando a Política de Assistência Social, é importante apresentar que esse conceito possui várias interpretações e interesses que variam de acordo com a necessidade de quem faz o uso do território. Assim, mostra-se a importância de resgatar ao decorrer desse texto o debate realizado por Abreu (2016) e Andrade (2015) que apresentam apontamentos ao uso do conceito de território realizado no contexto social-liberalismo, das intencionalidades que alteram de acordo a gestão escolhida para discutir as políticas e também do seu uso na PNAS/SUAS.

Abreu (2016), apresenta um recorte histórico entre o ano de 2003 a 2013, analisando como se organiza o debate de território considerando o

contexto de desenvolvimento das políticas públicas no contexto social-liberalismo. Abreu (2016) investiga em seu trabalho;

Como e por meio de quais instrumentos essa tendência opera no campo das políticas sociais, em meio a uma 'cortina de fumaça' que supostamente o distancia do neoliberalismo? Como essa direção ideopolítica é incorporada através de conceitos ressignificados e, muitas vezes esvaziados de conteúdo politicamente críticos? Seria o território um desses mecanismos na fabricação de consensos presentes nas políticas de habitação e assistência social? (Abreu, 2016, p. 145).

Nesse momento a autora faz um questionamento sobre como é o uso do conceito de território pensando em quem faz o uso desse conceito e com qual finalidade.

Assim como foi dito no primeiro capítulo, a discussão de território é feita por diversas áreas do conhecimento e por isso é importante observar quem se apropria desse discurso quando se refere a Política de Assistência social e qual realmente se preocupa em atender as demandas de quem necessita da Assistência Social.

A autora nesse momento analisa como as políticas sociais, assim como a Assistência Social possuem o debate de território transversalmente, desde a Constituição de 1988 ao que se refere a garantia de direitos concomitante a tensão das demandas institucionais.

Ao decorrer do seu trabalho, a autora faz uma crítica ao novo desenvolvimentismo presente no discurso das políticas sociais e nas normativas que as regem, esse modelo é marcado pela fragmentação das políticas sociais tornando-as cada vez mais ineficazes pois não atendem aos interesses da classe trabalhadora, somente a manutenção desse modo de produção capitalista.

Abreu (2016) afirma que as políticas sociais através da lógica do social-liberal, tem por objetivo controlar as crises do capital por meio da transferência de renda para os setores subalternizados, sendo realizada a partir da focalização e que como bem diz a autora, a focalização da Assistência Social provoca efeitos colaterais complexos para a questão dos direitos sociais pois cria bases sólidas para a reprodução do capital, intensificando a superexploração da força de trabalho, precarizada e cada vez destituída de direitos sociais.

Outro ponto que precisa ser analisado é a abordagem do território no texto da PNAS/SUAS, pode-se analisar que não é muito bem considerado as diversas questões que envolvem um território. Segundo Andrade (2015), uma unidade sócioterritorial é definida pelas relações sociais e também pela realidade territorial, neste espaço expressa-se contradições e constrangimentos causados pelo modo de produção capitalista, dessa forma;

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL – PNAS, NOB/SUAS, 2004, p. 33).

É importante salientar que, as políticas devem tomar o sentido da viabilização de direitos, promover às pessoas de determinado território o acesso a lugares em que elas, geralmente, não se sentem incluídas, as políticas devem promover o direito à cidade da população que vive à margem. E para isso, é necessário se aproximar da realidade dos indivíduos para entender o modo de vida que eles desenvolvem naquele território.

Araci de Andrade em “Perspectiva territorial do Suas: da produção social do espaço território usado”, propõe esse artigo para entender a contribuição de território considerando a produção social do espaço, como determinante em relação Sistema Único de Assistência Social (Suas) e os desafios para o fortalecimento do protagonismo popular na efetivação dos direitos sociais.

Observa-se que o território compreende o enriquecimento da sociabilidade do ser social e que a partir de relações formadas em consequência da propriedade privada expressa a produção do espaço mercadoria. Considerando a produção do espaço como processos de contradições dadas sobre o trabalho humano sob o domínio do capital e da propriedade privada, a autora conclui que a produção social do espaço compreende a complexidade, as desigualdades que se dão a partir da produção apropriação, valor dentro do contexto histórico da sociedade.

Para isso analisar território é analisar um movimento de produção e reprodução da sociedade e é um terreno fértil para a desenvolver ações, organização coletiva e atender demandas sociais da população.

Araci em seu artigo traz os desafios da gestão territorial do Suas a partir da definição de território, e observa que o território é elemento central e definidor no processo de formulação e gestão do Sistema Único de Assistência Social. Entretanto a focalização de território não compreende a realidade social de cada espaço.

O que se observa é que a cada gestão devido a compreensão e direções políticas, a perspectiva territorial ganha novo modelo. Entender o Suas pensando na sua função de territorialidade significa para autora, considerar esse fator central e a partir daí adquirir um protagonismo popular, por um cidadão ativo, interferir na gestão e legitimar no meio público as lutas apresentadas pela população.

No entanto, de acordo com a gestão a direção escolhida possa ser de entender território somente como um espaço físico e geográfico subdividido, ou seja, pelas palavras da autora, esvazia o sentido do território e a população aparece como simples demandatária de serviços e benefícios.

O pressuposto da interpretação de território, se dá pelo atendimento integrado das múltiplas demandas da população em um lugar específico, pensando em um serviço intersetorial, proporcionando um serviço de Política de Assistência Social em rede.

A assistência social a partir de uma perspectiva territorial possibilita aumentar as ações que visem a proteção social a população que necessita da política de assistência social, seja em situação de risco social ou de vulnerabilidade, que são majoritariamente a classe trabalhadora que vive em condições de pobreza, exploração e opressão

Na PNAS é assegurado a garantia da estrutura de ter a capacidade de assistir quem, quantos, quais e onde estão a população que demanda o serviço e a atenção de assistência social conforme o trecho a seguir;

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma

forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã (BRASIL, PNAS, NOB/SUAS, 2004, p. 31).

Conforme apresentado acima a partir desse recorte do PNAS, é possível considerar que a partir de um recorte territorial, viabiliza a identificação de semelhanças e diferenças dos usuários que acessam essa política, proporcionando dessa forma a superação da prática generalizada em situações que são necessários um tratamento diferenciado. Isso se dá pelo fato de possuir potencialidade e solução nos territórios e uma das formas de fazer isso é promovendo visibilidade a segmentos populacionais que vivenciam as dinâmicas de opressão e exploração. Assim como sinalizado por Cunha e Antonello (2013);

[...] ficam ressaltados o uso das expressões “recortes territoriais” e “territórios de maior incidência de vulnerabilidade e carecimentos”, o que sinaliza a intencionalidade da política pública em fugir de qualquer pretensão homogeneizadora, reconhecendo desigualdades e diferenciações que devem ser incorporadas por ela. Trata-se, assim, de tomar tal intencionalidade como ponto de partida para uma reflexão que faça avançar concretamente e de maneira a incorporar a complexidade do conceito de território na análise e na ação da Política Pública da Assistência Social. (NASCIMENTO E MELLAZZO, 2013, p. 70-71).

Desdobra-se para as políticas públicas, e em particular para a Política de Assistência Social, a necessidade de compreender as particularidades de cada território e incorporar a abordagem territorial na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Para tanto, é fundamental pensar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder (KOGA; NAKANO, 2005, p.68 APUD NASCIMENTO E MELLAZZO, 2013, p. 67).

Com o exposto até então e ainda utilizando das considerações elencadas por Nascimento e Mellazzo (2013) quando dizem que a perspectiva territorializada dos serviços e benefícios da assistência social representa uma mudança importante pois, com o princípio da territorialização, há múltiplos ganhos para a gestão e, especialmente, para a população potencialmente beneficiária da Política de Assistência Social.

Entendendo que com o que foi apresentado até então não temos o interesse em esgotar sobre as considerações acerca do estudo do território na PNAS, mas sim de fomentar o debate acerca desse tema considerando a extrema importância dele, além disso assim como já foi apresentado em outros momentos desse capítulo, a incorporação desse do conceito de território é um avanço no âmbito da PNAS, mas é importante pensar como vem sendo interpretado na política para que de fato possibilita a efetivação de ações. Assim como Lindo (2015) a sintetiza;

A incorporação do conceito de território na PNAS, embora contenha significativos avanços em âmbito da política social no Brasil, tem apresentado riscos concretos de caracterizar-se pela sua redução crítica e teórico-metodológica, considerando a evolução das distintas abordagens e concepções do território na Geografia. O conceito de território, ao servir de base para a implementação da PNAS, é reduzido apenas a um simples instrumento de planejamento, muito embora apresente grande potencial para a estruturação de uma política que seja capaz de realizar uma análise social da realidade e por consequência construir conhecimento para alcançar uma maior efetividade de suas ações. (LINDO, 2015, p. 21).

2.3 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O diagnóstico socioterritorial é um instrumento que é utilizado para ações estratégicas na Política de Assistência Social contribuindo para identificar situações de violações de direito, violências, risco pessoal e também social. Esse instrumento é fundamentado pelo Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS/2012 e também estando presente no Art.30 da LOAS que trata do Plano de Assistência Social.

Conforme Art. 20 e 21 da NOB/SUAS (2012), o diagnóstico socioterritorial tem por objetivo conhecer a realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que reconhecem as dinâmicas daquele espaço em termos sociais, políticos e culturais e observem suas demandas bem como suas potencialidades. Sendo assim prevê;

I - Processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação,

estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas;

II - Identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários;

III - reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social.

IV - Utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações. (BRASIL, 2012, p.25).

O diagnóstico socioterritorial se configura enquanto uma das funções da Vigilância Socioassistencial, e para adentrar mais sobre esse instrumento de trabalho, falaremos um pouco sobre o objetivo da Vigilância. Conforme as orientações elencadas em seu documento de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, configuram sua função sendo;

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios. (VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, 2012, p.9).

Conforme os apontamentos realizados nesse texto, é possível perceber que a Vigilância Socioassistencial é dada como uma função da PNAS, juntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Dessa forma, a Vigilância possibilita o desenvolvimento das capacidades e meios técnicos para que seja possível conhecer as vulnerabilidades sociais da população e do território a qual são responsáveis, realizando planejamentos de ações preventivas e contribuindo com o aprimoramento de ações que visem a restauração de direitos violados e interrupção de situações de violência. Conforme citação abaixo podemos perceber como essas ações se configuram;

Para tal, a Vigilância deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da

política de assistência social, assim como para a redução dos agravos; e desta forma, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da política de assistência social. De acordo com as determinações da NOB 2012 a Vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa em nível municipal, estadual e federal, contribuindo com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população, e auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios. Deve, ainda, contribuir com a própria Gestão – em sentido amplo – auxiliando a formulação, planejamento e execução de ações que induzam à adequação da oferta às necessidades da população. Para isso, faz-se necessário que também sejam produzidas e analisadas informações sobre o financiamento; sobre o tipo, volume, localização e qualidade das ofertas; bem como das condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos. (VIGILÂNCIASSOCIASSISTENCIAL, 2012, p. 9).

Dessa forma é a Vigilância Socioassistencial que objetiva detectar e compreender situações de precarização e também agravamentos das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos colocando em risco sua dignidade, sobrevivência, autonomia e socialização. Assim busca-se a necessidade de conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde vivem. Essa ação se realiza através da utilização de dados, informações estatísticas e a criação de formas de apropriação do conhecimento produzido pelas equipes dos serviços socioassistenciais que tem estabelecido a relação viva com os sujeitos nos territórios. (VIGILÂNCIASSOCIASSISTENCIAL, 2012, p. 9). Assim sendo;

A identificação dos distintos graus de vulnerabilidade dos diferentes territórios no âmbito dos municípios, dos estados e do país é absolutamente fundamental para que possamos planejar e priorizar as ações voltadas aos territórios mais vulneráveis. Contudo, também se faz necessário desenvolver métodos e meios para identificar quais famílias se encontram em maior vulnerabilidade no interior de cada território. Se precisamos conhecer e reconhecer as diferenças e desigualdades que distinguem os territórios, igualmente necessitamos conhecer as singularidades das famílias e, por consequência, reconhecer os distintos graus de vulnerabilidades das famílias que habitam um mesmo território. A identificação dessas famílias e a inclusão

das mesmas nos serviços, programas, projetos ou benefícios do SUAS materializa grande parte dos objetivos da Vigilância Socioassistencial, tornando real a contribuição dessa área para a efetivação da proteção social e dos direitos socioassistenciais (VIGILÂNCIASSOCIASSISTENCIAL, 2012, p. 9).

Para elucidar mais sobre o diagnóstico socioterritorial, entende-se a necessidade de apresentar nesse trabalho sobre qual o conceito de território é utilizado para subsidiar os parâmetros de atuação na vigilância socioassistencial.

Ainda utilizando as observações realizadas no documento técnico de orientações a Vigilância Socioassistencial, é discutido que na Vigilância sua dimensão teórico-conceitual é instituída pela PNAS e assim como aponta na LOAS, a Vigilância possui três conceitos-chave que são risco, vulnerabilidade e território. Esses conceitos estão interrelacionados e possibilitam um modelo de proteção social no âmbito da assistência social.

Entende-se aqui que as três conceitos-chaves se relacionam entre si, porém considerando a intencionalidade de entender sobre qual conceito de território é utilizado nesse documento a fim de prosseguir o assunto que se refere a diagnóstico socioterritorial, partiremos para a apresentação de como o território é trabalhado nesse documento, visto que assim como já foi sinalizado anteriormente nesse trabalho, sabe-se que existem várias formas e intencionalidades no uso de algum conceito. Assim sendo, destacamos o trecho nesse documento que apresenta qual apropriação de território é feito no documento de orientações Técnicas da Vigilância Socioterritorial.

A apropriação do conceito de território, tal como desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, permite compreender a forma como as relações sociais se materializam num dado espaço. O território é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida. Como consequência desta perspectiva, é necessário que o território em si também seja encarado como objeto de intervenção/ atuação da política de Assistência Social, para

além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos. A atuação sobre o território significa a atuação no plano coletivo, que passa, por um lado, pelo compromisso do poder público com estruturação da oferta de serviços socioassistenciais compatíveis com as necessidades do território, e por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos reais entre as equipes de referência dos serviços e os territórios, de forma a desenvolver intervenções que possibilitem a promover na população a “coletivização” na reflexão sobre os problemas, assim como construção das estratégias igualmente coletivas para o enfrentamento ou superação dos mesmos. VIGILÂNCIA SOCIASSISTENCIAL, 2012, p. 12).

Entendendo o conceito de território que é utilizado nos documentos que respaldam a construção do diagnóstico socioterritorial, partiremos para a apresentar como o diagnóstico é trabalhado no documento da Vigilância. Conforme o item 3.3 desse documento, abordam o diagnóstico socioterritorial enquanto uma possibilidade de apreender as necessidades e as demandas dos cidadãos e realizar uma leitura de uma determinada realidade social. Assim, detecta as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e ao convívio familiar.

Além disso e também como já foi citado acima, o diagnóstico contribui para realizar ações estratégicas para fomentar as potencialidades de um local. E, também faz com que seja levantada a rede de proteção social no território, seja ela da Assistência Social ou de outra política pública. Dessa forma, permite que se crie estratégias para a melhoria de vida da população. Assim sendo;

Em suma, é responsabilidade da Vigilância Socioassistencial elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial (do município, do estado ou do país) que deve conter informações especializadas dos riscos e vulnerabilidades e da consequente demanda de serviços de proteção social básica e de proteção social especial, bem como informações igualmente especializadas referentes ao tipo e volume de serviços efetivamente disponíveis e ofertados à população. O Diagnóstico deverá ser um instrumento dinâmico, participativo e que permite uma compreensão da realidade social. Deverá incluir a identificação das necessidades e a detecção dos problemas prioritários e respectivas causalidades, em como dos recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento. VIGILÂNCIA SOCIASSISTENCIAL, 2012, p. 26).

É importante ressaltar que como os municípios possuem estruturas, dimensões territoriais e populacionais distintas e também realidades diferentes, os diagnósticos precisam ser personalizados para que sejam um retrato das particularidades do território. As informações coletadas devem ser organizadas de forma que seja de fácil compreensão para os profissionais da área e de pessoas interessadas, além disso, ressalta-se a necessidade de haver informações colhidas de várias formas, sendo fonte importantes de coleta de dados como: Dados estatísticos, coletados em Universidades e órgãos confiáveis de pesquisas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Dados e relatórios de órgãos dos Governos Municipal, Estadual e Federal (como exemplo: Data SUS, Ministério da Saúde, SAGI, Ministério de Desenvolvimento Social etc.); Levantamento de informações qualitativas, como aspectos culturais e expectativas das pessoas, além de dados adquiridos em investigações documentais e entrevistas; Informações obtidas em Escolas, Postos de Atendimento ao Trabalhador, Postos de Saúde, Delegacias e outras unidades de prestação de serviços públicos. Outra fonte de dados importante, é o trabalho realizado com as famílias nos territórios adquiridas a partir de visitas domiciliares, acolhimento das famílias ou indivíduos.

Com o exposto até então, é possível perceber que a utilização do Diagnóstico Socioterritorial é uma das principais funções da Vigilância Socioassistencial e que mantém íntima relação com as áreas de Proteção Social Básica e Especial. Essa ação é importante para o Assistente Social no sentido de construir um documento que contribuem com o mapeamento de locais de possível violação de direitos humanos, não acesso a direitos sociais, situações de opressões e explorações, além de proporcionar a construção de projetos e programas que atendam a população além de direcionar o fazer profissional e a ampliação do olhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de pesquisa bibliográfica buscamos fazer uma aproximação crítica ao debate sobre o conceito de território na política de assistência social brasileira. O conceito de território não é novo e remonta a outras disciplinas como a Geografia clássica e neste percurso até os dias atuais o conceito foi ganhando várias roupagens e passou a fazer parte do repertório de várias áreas do conhecimento científico, da gestão pública, das empresas privadas e do senso comum. Por tal motivo observamos a necessidade de estudar mais detidamente este conceito que é transversal na política de assistência social, dando destaque ao Diagnóstico Socioterritorial.

A política de assistência social destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). É então uma política que atua nos territórios mais vulneráveis social e economicamente.

Como vimos, essa desigualdade social extrema que vivemos no Brasil tem na sua história territorial – tempo e espaço – seus fundamentos e estruturas, assim como a formação do Estado e da cidadania estão umbilicalmente atreladas ao “sentido da colonização” e à necessidade de conformar as almas numa unidade nacional e de gerenciar as expressões da questão social com vistas ao controle do povo em seu território.

O conceito de território pode ser usado em estratégias estruturalistas e mesmo funcionalistas, não obstante, ele possui uma potência crítica como uma estratégia às políticas sociais tendo em vista que pautar e debater a territorialização junto às políticas sociais favorecem para o desenvolvimento de construções das políticas, considerando que a histórica formação social brasileira é inscrita pela reprodução das desigualdades sociais vinculadas nos territórios de forma heterogênea.

É muito importante apresentar que esse conceito possui várias interpretações e interesses que variam de acordo com a necessidade de quem

faz o uso do território, para que se crie e perpetue a falsa ideia de que território é um conceito unânime, uníssono, quando o que percebemos é que o próprio conceito de território é um território, uma vez que está repleto de disputa de poder.

Neste momento de considerações finais reafirmamos a relevância do conceito de território na formulação, na gestão e na execução das políticas sociais e aqui, de maneira mais delimitada da Política de Assistência Social. Assim, se mostrou essencial e importante o resgate, ao decorrer desse TCC, do debate realizado por Abreu (2016) e Andrade (2015) que apresentam apontamentos ao uso do conceito de território realizado no contexto social-liberalismo, das intencionalidades que alteram de acordo a gestão escolhida para discutir as políticas e também do seu uso na PNAS/SUAS.

Entendemos que ao voltarmos o olhar para o território temos mais condições como assistentes sociais de mapear as violações de direitos humanos pessoal e/ou social sob os quais estão submetidas as famílias usuárias da Política de Assistência Social. Pois a partir de um olhar detalhado, mas também qualificado – por isso a necessidade de formação permanente – pode-se ter mais condições de compreender as diferenças culturais bem como as sócioterritoriais.

Além disso é essencial a compreensão das características e particularidades do contexto regional, tendo em vista que a realidade cotidiana das pessoas precisa ser objeto na execução da política de assistência social considerando que sua formulação é de caráter nacional, mas sua efetivação prática se faz em contexto local, a partir da identificação e compreensão dos riscos e vulnerabilidades.

Desta maneira se faz imprescindível o caráter investigativo do Serviço Social, pois a análise para além da aparência do cotidiano permite a avaliação profunda das características e desigualdades sócio territoriais para que seja possível a atuação profissional que se priorize serviços, programas e projetos em referência a um espaço social cada vez mais complexo.

O território compreendido como a relação dialética entre sociedade e espaço é constituído a partir do trabalho sob a lógica do capital e da propriedade privada, o que caracteriza a produção do espaço social repleto de contradições, a primeira delas é a separação entre o ser social e as condições

materiais de existência, os meios de produção e reprodução da vida. A expropriação da terra como base da reprodução autônoma da vida via territorialização do capital faz apropriação privada da produção coletiva a realidade social repleta de complexidades, desigualdades e disputa de poder nos atos mais cotidianos.

Assim, avaliamos pertinente nesta aproximação ao debate do território em uma política social do Estado brasileiro um breve resgate histórico da formação territorial da sociedade brasileira, pois aí encontramos elementos essenciais para a compreensão da questão social, que tem suas raízes coloniais, como também das respostas dadas pelo Estado às suas expressões. Corroboramos que a cidadania está dentro desta perspectiva de um estado moderno de caráter liberal e neoliberal, que considera os limites de fronteira como aspecto de jurisdição e domínio. Contudo, não podemos deixar de afirmar a potência crítica do conceito de território para que a própria noção de cidadania contenha também contornos de criticidade.

Buscamos então maior entendimento de um dos instrumentais da política de assistência social, o diagnóstico socioterritorial, pois se configura essencial para formulação e execução de ações estratégicas dentro dessa política, uma vez que contribui para identificar as características e singularidades do recorte específico do espaço social, identificando a territorialidade da violência, dos riscos pessoal e social e das situações de violação de direito, muitas vezes cometida pelo próprio Estados aos seus cidadãos de direito.

Este instrumento é fundamentado pelo Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS/2012, além de estar presente no Art.30 da LOAS que trata do Plano de Assistência Social. De acordo com o Art. 20 e 21 da NOB/SUAS (2012), o diagnóstico socioterritorial tem por objetivo conhecer a realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que reconhecem as dinâmicas daquele espaço em termos sociais, políticos e culturais e observem suas demandas bem como suas potencialidades. Reafirmamos assim a potência deste instrumental estratégico para a efetivação e consolidação de uma política de assistência social cada vez menos clientelista, imediatista e funcionalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.080>.

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território política social e Serviço Social no contexto do social -liberalismo**. 2015.Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ANDRADE, Iraci de. **Território e assistência social: uma análise do Serviço Social a partir da produção social do espaço**. 2015.Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BUSCIOLI, Roberson da Rocha. Resenha do livro "Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial", de Marcelo Lopes de Souza (2013). **ENTRE-LUGAR**, [S.l.], v. 11, n. 22, p. 351-356, dez. 2020. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 23/10/2022.

CAMPOS, Naara de Lima, 1986- CamDo “choque de gestão” ao “choque normativo reacionário” na política de assistência social (2003-2020) : quando o novo não nasce e o velho não morre / Naara de Lima Campos. - 2021. Cam173 f. : il.

CUNHA, Caio Cezar; ANTONELLO, Ideni Teresinha. **Território: uma estratégia às políticas sociais**, Rio de Janeiro, n. 36, e36573, 2020 | DOI: 10.12957/geouerj.2020.36573.

DIAS, Odilene. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A TERRITORIALIZAÇÃO**. Especialização (Serviço Social) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, D. **A experiência do espaço e do tempo**. São Paulo: Loyola, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013;

LINDO, Paula Vanessa de Faria. **Geografia e política de assistência social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579831966. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109176>>.

MAGRI, Ana Camila Fernandes Tampelini. **AMPARO JURISDICIONAL DO ESTADO EM RELAÇÃO AOS CARTÉIS E TRUSTES: o efeito das fraudes na livre concorrência do mercado brasileiro**. Cadernos Jurídicos da Faculdade de Direito de Sorocaba, SP. Ano 2. n. 1 p. 211-222 (2020).

MANCINI, Marisa Cotta; SAMPAIO, Rosana Ferreira. **Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão**. Brazilian Journal of Physical Therapy Brasil, 2006.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 23/10/2022.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf. Acesso em: 23/10/2022.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002;

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos;

FONTOURA, Leandro Martins, GERALDI, Juliano. **Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente?** *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 786, 5 de junio de 2008. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-786.htm>>. [ISSN 1138-9796]. Acesso em 23/09/2022.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELLAZZO, Everaldo Santos. **Território: um conceito estratégico na Assistência Social.** *SERV. SOC. REV., LONDRINA*, V. 16, N.1, P. 66-88, JUL./DEZ. 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

NOVAIS, Fernando Novais. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1979;

PRADO JR.; Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense. 18ª Ed., 1983;

Quadrilátero Ferrífero. Disponível em <https://qfe2050.ufop.br/o-que-eh#:~:text=Quadril%C3%A1tero%20Ferr%C3%A9fero%20%C3%A9%20a%20mais,ocupa%C3%A7%C3%A3o%20portuguesa%20no%20s%C3%A9culo%20XVIII>. Acesso em 23/11/2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993;

SAMPAIO Jr., Plínio S. de A. “**Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução.** – Apresentação” In: LENIN, Vladimir I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo.* Campinas-SP, FE-Unicamp (Navegando publicações), 2011.

SANTOS, Lourival Santana. **A produção do espaço agrário sergipano: estruturação e arranjos (1850-1925)** / Lourival Santana Santos, São Cristóvão, 2011. 274. f. :il.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAQUET, Marcos Aurelio. SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS:
concepções de geografia, espaço e território. ISSN 1981-9021 - Geo UERJ
- Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.